

## Da dualidade paradoxal: comentário sobre «A História da Dualidade Brasileira» de Ignácio Rangel

TARSO BONILHA MAZZOTTI

### INTRODUÇÃO

O estudo de Ignácio Rangel,<sup>1</sup> publicado nesta revista em seu número quatro, possui uma grande virtude: a de sintetizar os ensaios de inúmeros autores que tematizam a dualidade histórica. A tematização da dualidade, ou melhor, a teoria histórica que tem por base a dualidade que seria a contradição essencial que poria em movimento a história do país, ou uma formação social, tal dualidade, no caso do Brasil e de outros países novos,<sup>2</sup> teria por fundamento último o desenvolvimento interno como oposto ao desenvolvimento externo. Da contradição entre o *interno* e o *externo* resultaria o movimento de constituição da formação social em estudo. O mérito de Rangel encontra-se exatamente aqui, exatamente no trabalho de deixar transparente a lógica da dualidade esposada por inúmeros estudiosos. Este é o valor do trabalho de Rangel, mas ao deixar transparente os andaimes da teoria dualista, Rangel fornece um riquíssimo material para a crítica, e será exatamente esta crítica à teoria dualista que desenvolverei neste comentário.

<sup>1</sup> Ignácio Rangel, "A História da Dualidade Brasileira", in *Revista de Economia Política*, vol. 1, n.º 4, outubro-dé debatedo de 1981, pp. 5 a 34.

<sup>2</sup> Denominei "países novos" todos aqueles que geralmente são nomeados como "países coloniais" e "semicoloniais" para evitar neste comentário a discussão sobre o sentido que se deva dar a *coloniais* e *semicoloniais* nos dias de hoje, pois seria deixar de lado o essencial do trabalho de Rangel. Da mesma maneira deixei de discutir a teoria de ciclos feita por Schumpeter.

## A SUPERAÇÃO DA DUALIDADE: CONSTITUIR UM ESTADO-NAÇÃO HEGEMÔNICO

A tese de Rangel está fundada na concepção de que o desenvolvimento histórico particular, específico ou *interno* a um país, ou melhor, o desenvolvimento interno a uma formação social, dá-se em oposição ao desenvolvimento *externo*, ou seja, em oposição ao que é *interno* ao outro, no caso, interno à metrópole. Evidentemente o Autor está tratando apenas das relações entre a metrópole e as suas colônias, mesmo que tais colônias venham a ser colônia de um novo tipo, como o neocolonialismo fundado na dependência ao centro financeiro da época contemporânea. Aqui, nesta secção, desejo apenas discutir a base teórica que sustenta o Autor, ou seja, a concepção da dualidade existente entre o *interno* e o *externo*, pólos que possuiriam também os seus lados internos e externos (cf. *locus cit.*, p. 10, esquema).

Ao tomar a colônia como sendo algo que possui internalidade própria, internalidade que se choca constantemente com o que lhe é externo, ou seja, o próprio desenvolvimento da metrópole, o Autor, ou quem assim pensar, estará dizendo que o *ser* — colônia — encontra-se em seu momento de alienação, pois é a metrópole — ou não-ser-colônia — que determina a sua existência, mas, como a colônia é um *ser*, e este só sendo um *vir-a-ser*, neste momento, ele — o ser-colônia — poderá tornar-se autônomo, ou melhor, poderá vir-a-ser metrópole. Assim é porque a dualidade presumida só permite desenvolver no sentido da constituição do *ser* que imponha aos *outros* sua hegemonia. Dizendo de outra maneira: ao supor a internalidade da colônia, supõe-se que a formação-social-ainda-colônia poderá tornar-se sujeito, tornar-se um ser em-si e para-si, negando o *outro*, ou seja, as demais formações-sociais. Esta formulação é aquela que se expressa na formulação do Estado-Nação como sendo este o único *ser* histórico. Esta discussão torna-se mais pertinente no instante mesmo que Rangel parece apoiar-se no “materialismo histórico marxista” (cf. *loc.*, *cit.*, p. 10).

A dualidade proposta por Rangel produziria tal movimento que em um dado momento histórico ela seria superada, constituindo-se o *Um*, ou seja, se é dual o movimento de formação do *ser* brasileiro, ou melhor, da história do Brasil, esta dualidade conduziria para a realização da *unidade*, provavelmente no momento histórico da realização do socialismo (cf. pp. 10/11, onde o Autor apresenta o esquema do processo histórico dos “modos fundamentais de produção”). É bem verdade que o Autor não diz que a unidade seria alcançada no socialismo, todavia tudo indicaria que sim. Por não ter explorado a determinação da constituição do *Um*, o Autor deixa de explicar quais seriam as relações entre as diversas formações-sociais, já que ainda haveria um pólo interno e um pólo externo a cada uma delas em um momento futuro. Na verdade, a constituição da unidade está presente no artigo, ela se daria ainda como um momento da

formação social no capitalismo, no momento do “quarto período da dualidade” quando “no futuro” (p. 31) o interno e o externo alcançariam a unidade, logo, a constituição do *Um* dar-se-ia no interior do modo de produção capitalista. Daí o Autor afirmar no final de seu artigo que: “Sobre essa base econômica levantar-se-á o novo edifício do Estado: *sócio maior*: a burguesia industrial, representando o pólo externo. *Sócio menor*: a nova burguesia rural, representando o pólo interno. Note-se a aproximação de dois pólos, no tocante aos respectivos modos dominantes de produção. A economia e a sociedade se homogeneizam, renunciando o *fim do próprio fenômeno da dualidade*” (p. 33). A superação da dualidade dar-se-ia pelo pleno desenvolvimento do capitalismo, com a constituição de um “novo Estado” — democrático burguês? —, já que para o Autor ainda hoje há muito de feudal nas relações sociais de produção no Brasil, ou por outra, o Autor deixa de lado a crucial questão das relações entre o interno e o externo que poria este “novo Estado”. Na realidade parece abandonar a consequência clara da dualidade ao internalizar o “pólo externo”, evitando discutir a negatividade que tal “novo Estado” desenvolveria frente aos demais Estados, dizendo melhor, o “novo Estado” produzido, produzido pela “homogeneização”, só poderá realmente *ser* em oposição aos demais, logo, sua realização só poderá se dar pela hegemonia de outros Estados não desenvolvidos em suas dualidades, ou seja, realizando-se como Estado imperialista, o que é a “vocaçãõ” de todo Estado capitalista .

“O novo edifício do Estado” que seria alcançado ao final do “quarto período de dualidade”, precisa ser analisado, pois historicamente este Estado já existiu como tal em outros momentos da história ocidental: é o Estado-Nação. Apesar das limitações que impõem um comentário, é preciso esboçar o movimento de constituição do Estado-Nação; é o que farei a seguir.

A idéia de Nação foi extremamente revolucionária quando da ascensão da burguesia, e isto já no momento da constituição do primeiro Estado Moderno: Portugal em 1385, quando D. João I foi aclamado Rei de Portugal.<sup>3</sup> O mais importante é assinalar as bases reais deste movimento da idéia de Estado-Nação.

A idéia de nação é determinada pela unidade de todos e cada um em torno da defesa de um território, território que pertence aos burgueses, mas que é visto como sendo de todos, defesa que se expande para a constituição de uma língua e uma cultura nacional, logo a idéia de não define-se pela negação do que é externo e exterior ao nacional, é a afirmação dos limites da nacionalidade. Limites que têm por borda a fronteira territorial; limites que têm por finitude a própria história da nação, já que esta nasce em determinado momento histó-

<sup>3</sup> Em artigo inédito, escrito em 1981, discuto mais extensamente estas questões ao analisar o conceito de autodeterminação das nações.

rico, tem uma data de nascimento. Mas todo Estado-Nação busca superar seus limites territoriais pela expansão territorial — colonialismo e/ou imperialismo — e a finitude pela conservação no tempo futuro. Este movimento foi inicialmente revolucionário, dando origem aos Estados de parte da Europa Ocidental, mas a partir mesmo da constituição do Estado-Nação França, em 1789, já aparece de maneira clara o que o Estado-Nação encobria: a unidade pretendida era uma amarra posta nas mãos da classe proletária, amarra que impedia o seu desenvolvimento enquanto classe *para si*, quando então todas as classes desapareceriam. Dizendo de outra maneira: a Nação é a unidade de todas as classes sociais em torno da classe social hegemônica — por ser proprietária dos meios de produção —, unidade em torno da burguesia, da grande burguesia. Esta, a grande burguesia, unificou todas as demais classes sociais — pequena burguesia rural e urbana, a classe dos *terratenientes*, rentistas, e o proletariado moderno —, classes que foram unificadas em torno do projeto burguês da expansão e acumulação de capital em larga escala, visto como sendo a realização da “riqueza nacional”. Evidentemente a realização do projeto burguês aniquila o projeto proletário, a única classe que naquele momento era potencialmente independente, aniquila até o momento que o próprio proletariado se vê forçado a romper as amarras, quando a burguesia já não é mais portadora da Revolução, quando se torna contra-revolucionária, realizando, pela prática, a crítica à economia política, o que já ficara claro na Revolução Francesa. No momento que o proletariado inicia o seu movimento autônomo, ou melhor, que objetiva autonomizar-se, a unidade, a superação buscada deixa de ser a unidade nacional — a “riqueza das nações” —, para tornar-se a unidade de classe. Dessa maneira o proletariado buscará a sua realização como classe *para-si* em todos os países, para além das fronteiras nacionais, ou, por outra, o limite do proletariado é a outra classe, a classe burguesa e não a fronteira nacional, o limite como finitude é o desaparecimento das classes sociais no futuro, e no passado, o momento de sua constituição no interior do modo de produção capitalista.

O movimento de constituição de Estados Nacionais estaria marcado pela necessidade da unidade em torno da burguesia, que se radicando em um país busca realizar-se internacionalmente — a acumulação do capital só pode ser constantemente expandida —, mas que freia os antagonismos entre as classes por meio da nacionalidade e nacionalismo; a unidade alcançada foi tornando-se cada vez mais aparente, mas continuou sendo considerada como real pela pequena burguesia que vê a Nação como a extensão de sua propriedade. É do ponto de vista nacionalista pequeno-burguês que há um movimento interno em oposição ao desenvolvimento externo. Isto porque a pequena burguesia é a classe que tem seus limites — como borda e como finitude — no interior do Estado-Nação. Para o proletariado, hoje, tais limites são ficções, são fetiches, pois o seu limite é a burguesia e esta é internacional.

Para o que interessa, neste comentário, basta fixar que a concepção de *interno e externo*, quando tomado por base o país ou a “formação social nacional”, é no mínimo anacrônica, pois tal desenvolvimento já foi superado na História Moderna. A não ser que, abandonado o “materialismo histórico marxista”, tome-se por base a repetição da história em cada país, repetição que seguiria todos os momentos do desenvolvimento histórico ocidental clássico, ou seja, aquele desenvolvimento esboçado por Marx em capítulos dos *Grundrisse* e conhecidos como “As formações econômicas pré-capitalistas”, cujo título original traduzido seria: “Formas anteriores à produção capitalista”. Na verdade interno e externo só podem ser referidos ao próprio modo de produção capitalista; disto trataremos na secção seguinte.

### O DUALISMO ARTIFICIAL DE RANGEL

Rangel inicia o seu artigo propondo corretamente que no início do capitalismo, na Europa, havia uma dualidade entre o feudalismo e o capitalismo, mas disso tira uma conseqüência insustentável: a expansão da Europa foi feudal. Antes de analisar esta conclusão do Autor, cabe chamar a atenção para a dualidade real que existiu entre o feudalismo e o capitalismo. Neste caso a dualidade de modos de produção produziu a unidade em Estado-Nação, onde a classe dos senhores feudais e as classes modernas — pequena burguesia rural e urbana e o proletariado — foram submetidos à grande burguesia por meio do Estado, Estado que tomou várias formas no decorrer do movimento da história. Aqui sim houve dualidade: a internalidade capitalista *versus* a internalidade feudal, dualidade que foi superada pela externalização da burguesia enquanto classe dominante, submetendo as demais classes, por meio do Estado-Nação. O movimento interno do capital foi no sentido de subsumir diretamente a produção e se externalizou como dominação social no Estado-Nação. Todavia, deixemos este aspecto do problema para não alongar em demasia este comentário. Centrarei agora nossa atenção — a minha e a sua, leitor — na expansão da Europa tal como propõe Rangel.

Rangel afirma que o desenvolvimento da Europa deu-se pelo surgimento do capitalismo, com o que todos concordamos, mas que a expansão européia fez-se pelo que lhe era externo, ou seja, pelo que era externo ao capital, pelo seu lado feudal, o que é absolutamente incompreensível.

Para Rangel o feudalismo “(...) entrava como caparaça externa” (p. 5) para a expansão européia que tinha por base o “capitalismo mercantil”,<sup>4</sup> assim

<sup>4</sup> A expressão “capitalismo mercantil” é imprópria para a periodização do capitalismo, já que com ela teríamos que recuar à infância *do modo de produção capitalista até*, pelo menos, os fenícios, que como mercadores possuíam capitais mercantis. Evidentemente existe um “sistema mercantil” como teoria econômica; todavia, o “mercantilismo” não pode ser a base para periodização, pois a infância do capitalismo esteve suportada pelos diversos sistemas de acumulação dita primitiva: o sistema colonial, o da dívida pública, o moderno sistema tributário, o protecionismo, sob a égide do Estado.

sendo, “ao entrar em contato com o vasto universo subdesenvolvido — ou melhor, *pré-desenvolvido* —, a Europa o fez pelo seu lado externo, comunicando-lhe sua *natureza feudal, tanto pelo seu aspecto econômico, como pelo jurídico*” (p. 5, *in fine; grifos finais são meus*). Aqui está o paradoxo: o capitalismo, motor da expansão européia, ao se externalizar, ao se expandir... restaura o feudalismo, melhor dizendo *instaura* o feudalismo, pois a região em estudo era “pré-escravista” (p. 5)! O artifício do Autor objetiva afirmar que em cada país a história do capitalismo repete de maneira abreviada todas as fases que precederam o capitalismo, daí a externalização ter que tomar a forma e o conteúdo — natureza da — feudal! Por ter-se fixado na internalidade como sendo a internalidade local, ou seja, de uma dada “formação social-nacional”, o Autor vê-se na contingência de desenvolver a dialética do interno e do externo posta como sendo determinada pelo *ser* nacional, ou por outras palavras, o ser que o Autor vê em processo é a Nação, a qual ele denomina “formação social nacional” (p. 11, § 5.º, 5.ª linha). Ao estudar a Nação ou a “formação social nacional”, o Autor toma como motor do processo a contradição entre “modos de produção” que dariam origem à contradição entre o “interno” e o “externo”. Exatamente porque a dialética entre o “interno” e o “externo” tem por essência a contradição entre “modos de produção” diversos e antagônicos, é que Rangel precisou do artifício do feudalismo transplantado que produz o “escravismo”! Note-se que além da Europa ter-se expandido não como capitalismo e sim como feudalismo, ainda este feudalismo criou o escravismo, pois no território dos aborígenes, por estes conhecidos como Pindorama, não havia escravismo. Mais um paradoxo a ser resolvido por Rangel, o paradoxo do desenvolvimento do escravismo greco-romano implantado pelo feudalismo que foi trazido, por sua vez, pelo capitalismo... Rangel não nos dá a gênese desse escravismo *sui generis*, mas diz algo que precisa ser transcrito para se ter toda a dimensão do paradoxo a que a “teoria” do desenvolvimento repetitivo da história pode levar qualquer um: “Sob a pressão das forças produtivas em expansão”, afirma Rangel, “o escravismo tende para o feudalismo, este para o capitalismo mercantil, este para o capitalismo industrial e, num futuro ainda imprevisível, na época da primeira dualidade, o capitalismo industrial daria origem ao capitalismo financeiro, além do qual está o socialismo” (p. 19). Note-se que o Autor não está dizendo que este esquema — é um esquema grosseiro — é o esquema do processo histórico ocidental tornado universal, não, este seria o movimento da “história da dualidade brasileira”! Deixarei de lado a discussão sobre o esquema do Autor, especialmente o que ele denomina “capitalismo mercantil” e a filiação do capitalismo financeiro ao capitalismo industrial, por extrapolar os limites impostos por mim mesmo ao escrever este comentário. Todavia seria bastante útil reler a obra fundamental de Marx, *O Capital (Crítica à Economia Política*, em seu capítulo XXIV, do Livro I, onde fica claro que foi da unifica-

ção do capital comercial ou mercantil com o capital usurário ou financeiro que já no século XIII constituiu-se a manufatura que se desenvolveu em indústria moderna.

Nos limites em que se coloca Rangel é impossível o desenvolvimento de um estudo que não resulte em paradoxos, paradoxos produzidos pela aparência, pelo fenômeno, o que poderia ser evitado se o estudo se desenvolvesse com base na dialética da luta de classes, na dialética entre o capital e o trabalho. Não pode fazer isto porque o Autor choca-se com o escravismo capitalista, com formas jurídicas similares às feudais, etc., logo precisa deslocar toda a análise para o esquematismo que produz ao estabelecer a “dialética” entre o “pólo interno” e o “pólo externo”.

### CONCLUSÃO

A solução do enigma-Rangeriano está simplesmente no que é óbvio, ou seja: ao se expandir, ao se exteriorizar, a Europa o faz impelida pelo capitalismo no seu momento inicial para a realização da acumulação dita primitiva com base no sistema colonial — expropriação dos produtores em regiões externas à Europa, em sua maioria <sup>5</sup> —; este primeiro sistema de acumulação de capital fez-se sob a égide do primeiro Estado Moderno: Portugal. Os demais sistemas para a acumulação *dita* primitiva ou original foram: a dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo; todos supõem a existência da força concentrada nas mãos da burguesia, força que é o Estado Nacional. Nada disso que estou dizendo é novidade, encontra-se discutido e estudado em profundidade n’ *O Capital*, Livro I, Capítulo XXIV. Ora, se o colonialismo é o primeiro sistema de acumulação de capital, a colônia é o lugar de expropriação de produtores, assim a colonização em sua infância só poderá desenvolver-se onde haja quem possa ser expropriado, daí a febril busca das “Índias”. . . No Brasil, e em larga extensão nas Américas, o colonialismo quase nada encontrou para expropriar, a não ser terras. Terras que foram incorporadas ao Estado português e espanhol e depois cedidas para o empreendimento capitalista, sendo que o maior deles, então, foi o da manufatura do açúcar a partir da cana-de-açúcar. Será exatamente a manufatura do açúcar que produzirá a constituição do Brasil como Estado politicamente independente em outro momento da história. Deixo de “fazer” a história do país para concentrar a atenção no que seria problemático: a produção de mercadorias em uma empresa capitalista que se utiliza da força de trabalho escrava.

O escravo na sociedade capitalista não é o escravo antigo, o escravo greco-romano; o escravo no capitalismo é ao mesmo tempo uma “máquina” — capital

<sup>5</sup> Para não alongar ainda mais este comentário disse que as regiões coloniais foram externas à Europa, mas na verdade a expansão também ocorreu no interior da Europa; veja-se, por exemplo, o movimento de Reconquista dos territórios árabes, a colonização dos Flandres Marítimos, a colonização do sul da Prússia, etc.

constante fixo — e capital variável — salário recebido na forma de produtos para sua sobrevivência —, com a qual se realiza a mais-valia absoluta; como capital constante fixo transfere o seu valor para a mercadoria; como capital variável, produz mais-valia absoluta. Mas, na manufatura do açúcar o escravo só era utilizado na plantação da cana-de-açúcar e certos trabalhos pesados, bem como no doméstico, já que no processo de produção do açúcar, em sua comercialização e controle da produção, eram utilizados trabalhadores assalariados (cf., entre outros, MAURO, Frédéric, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII<sup>e</sup> siècle, 1570-1670, Étude Economique*, Paris, SEVPEN, 1960). Sendo assim, no Brasil reproduz-se o antagonismo entre o capital e o trabalho, sendo que os trabalhadores encontram-se divididos entre assalariados — homens livres —, ou escravos modernos, como afirma Marx, e os escravos, o que impediu o processo de unificação de todos os trabalhadores. O movimento particular da formação econômico-social no Brasil e em vastas regiões das Américas,<sup>6</sup> particularidade do universal modo de produção capitalista, tem sua essência na dualidade que existiu entre os trabalhadores, o que obstaculizou o movimento contra o capital. Esta seria a única história da dualidade no Brasil que poderia explicar as particularidades do capitalismo no Brasil.

Restaria dizer que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como nas demais regiões americanas — exceto no Peru e México — deu-se sem atritos com modos de produção anteriores ao capitalismo, pois a comunidade primitiva local foi arrasada pelo capital; logo, todos os “atrasos” e “sub-desenvolvimentos” têm origem no próprio modo de produção capitalista, que, como sabemos, não possui entre suas virtudes aquela do desenvolvimento harmônico de suas partes.

Supor, como faz Rangel, que haverá um momento em que o capitalismo no Brasil chegará a constituir uma Nação com tal desenvolvimento que resulta na emergência de um “capitalismo financeiro” autóctone, é supor que o Brasil só poderá passar para a “etapa” seguinte ao capitalismo depois de ter-se tornado imperialista. Mas isto é outra discussão, o essencial deste comentário é a crítica ao “dualismo” artificial de Rangel, dualismo que tem por base a paradoxal transferência do escravismo e do feudalismo pelas mãos do colonialismo capitalista, o que significa que, ao se reproduzir, o capital, enquanto capital, reproduziu o que não-era-capitalismo. Dizendo melhor, para Rangel, o modo de produção capitalista, no Brasil, produziu o escravismo antigo e o feudalismo, mas não produziu o próprio modo de produção capitalista.

<sup>6</sup> Amplas regiões americanas externas ao Peru e México históricos foram tomadas pelo capitalismo em sua extensão e profundidade aniquilando os aborígenes e implantando quase sempre o escravismo. No Peru e México tal não ocorreu porque o capitalismo combinou-se com o modo de produção asiático de maneira similar ao ocorrido na China, na Índia, etc. Em tais casos há pertinência a discussão sobre o “interno” e o “externo”, pois de fato houve modos de produção em choque.